



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 15.023.906/0001-07

PROJETO DE LEI Nº 1.963/2018

SÚMULA: “ALTERA O ART. 321 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.527/2006 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Autoria: Executivo Municipal

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,

Art. 1.º - Altera o art. 321 da Lei Municipal nº 1.527/2006 e acrescenta o parágrafo único ao mesmo dispositivo, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 321 – Da Compensação, fica o Poder Executivo autorizado, a seu critério, sempre que o interesse do Município o exigir, a compensar créditos tributários e não tributários com créditos líquidos e certos, vencidas ou vincendas do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal, nas condições e sob as garantias que estipular.

Parágrafo único. O procedimento administrativo de compensação deverá ser regulamentado por meio de Decreto Municipal, respeitando as determinações legais existentes.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Art. 4º - Fica autorizada a reedição da Lei Municipal nº 1.527/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA-MT, em 09 de novembro de 2018.

ASIEL BEZERRA DE ARAUJO
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 15.023.906/0001-07

JUSTIFICATIVA

Encaminhamos às Vossas Excelências para exame e indispensável aprovação o incluso Projeto de Lei n.º 1.963/2018, de nossa iniciativa, que em súmula: **“ALTERA O ART. 321 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.527/2006 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

O Projeto de Lei que ora enviamos para esta douta Casa de Leis, vem no intuito de corrigir um possível erro no momento de elaboração do Código Tributário Municipal, no que tange ao instituto de compensação.

O texto original do art. 321 da Lei Municipal nº 1.527/2006 autoriza a compensação apenas de créditos tributários, olvidando-se da possibilidade de compensação de créditos não tributários, bem como deixa de estabelecer a necessidade de criação de um regramento para a forma de compensação e, usa o termo Secretaria Municipal de Finanças, ao invés de Fazenda Pública Municipal.

Diante do exposto, encaminhamos o presente Projeto de Lei a esta Egrégia Casa Legislativa, e solicitamos aos Nobres Edis que a matéria ora encaminhada seja analisada e estudada, bem como obtenha deliberação favorável em sua íntegra.

2

Reiteramos a Vossas Excelências a nossa expressão de grande estima e apreço.

ASIEL BEZERRA DE ARAUJO
Prefeito Municipal